

A NOVA CONJUNTURA RELIGIOSA E POLÍTICA PARA AS CEBs: REPENSANDO O CAMPO E AS PERSPECTIVAS

THE NEW RELIGIOUS AND POLITICAL CONTEXT FOR CEBs: RETHINKING THE FIELD AND THE PERSPECTIVES

Elenilson Delmiro dos Santos¹

Resumo: As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs já se fizeram, em outrora, como um espaço religioso de grande relevância para muitos fiéis católicos e agentes não religiosos. Num período de lutas por democracia e direitos políticos, tornaram-se “a voz dos que não tem voz”. Hoje, porém, em decorrência de muitas conquistas no campo social, econômico e político, as CEBs foram colocadas num impasse perante o seu papel. No campo religioso, elas têm encontrado problemas para se afinar com a nova paisagem religiosa. No campo político, também têm perdido espaço diante das novas demandas. Pensando nisso, o presente artigo tem por objetivo problematizar a articulação feita pelas CEBs no que se refere às suas duas linhas de ações: o campo religioso e o político. Numa perspectiva histórica, estamos considerando neste trabalho as duas realidades vividas pelas CEBs: seu passado de afirmação, enquanto espaço de luta e vivência religiosa, e o tempo presente, na sua busca por reafirmação.

Palavras-Chave: Religião; Política; Teologia da Libertação; CEBs.

Abstract: The Base Ecclesial Communities (CEBs) were once a religious space of great relevance to many Catholics and non-religious agents. In a period of struggles for democracy and political rights, they became "the voice of the voiceless." Today, however, as a result of many achievements in the social, economic and political field, CEBs have been put in a standstill in view of their role. In the religious field, they have encountered problems in tune with the new religious landscape. In the political field, they also have lost space due to new demands. With this in mind, this article aims to problematize the articulation made by the CEBs regarding their two lines of action: the religious and the political. In a historical perspective, we are considering in this work the two realities lived by the CEBs: their past of affirmation, as a space of struggle and religious experience, and the present time, in their search for reaffirmation.

Keywords: Religion; Politics; Liberation Theology; CEBs.

Artigo submetido em 01/09/2017. Aprovado em 08/10/2017.

¹ Mestre em Ciências das Religiões (PPGCR–UFPB). E-mail: elenilsondelmiro@gmail.com

Introdução

Para ser bom político não se necessita ser cristão; isso já o sabiam e ensinavam os mestres medievais. Mas para ser um bom cristão é preciso preocupar-se também com a justiça social que é uma realidade política. Hoje para se alcançar esta justiça social, tão carente em nossa sociedade discricionária, importa viver a fé como um fator de transformação das relações sociais

(BOFF, 1986, p. 82)

Se existe no seguimento católico uma representação capaz de traduzir de forma decisiva a relação de proximidade existente entre religião e política, sem dúvidas, são as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Embora não seja possível situar com precisão uma data concreta para o seu surgimento, posto que, como sugere Castor Ruiz (1997), não existe documento nem assembleia, congresso, concílio ou sínodo que marque o surgimento das CEBs, é consenso, entre outros pesquisadores, que o início de sua história remonte às décadas de 50 e 60. A ação católica e o Concílio Vaticano II (1962–1965) são tidos como o palco de sua gênese.

Deste modo, rastrear sua origem seria, então, entrar numa via que nos apontaria vários caminhos. Utilizando-se como metodologia, por exemplo, a pesquisa documental ou mesmo o uso da memória dos seus sujeitos, certamente, seríamos defrontados com experiências de igrejas particulares, locais de cada região, elevadas a categorias de eventos² para explicar o surgimento das CEBs. Isso, certamente, exigiria de nossa parte um trabalho de maior extensão e profundidade. Por isso, no momento, esta não é a nossa questão. Interessa-nos, aqui, um imediatismo que nos leve a um dos traços fundamentais da identidade das CEBs. No caso, sua função religiosa e política. Entendemos que esses traços podem ser localizados com uma maior concretude num período específico da nossa história, no período em que se estendeu o Regime Militar (1964–1984).

É consenso entre a literatura especializada que a implantação do Regime Militar no Brasil, em 1964, e o processo de seu enfrentamento que se propagou por todo país, serviu para deixar registrado, de forma quase definitiva, na identidade das CEBs a sua natureza política, como dimensão de sua práxis religiosa. De acordo com Renato Cancian (2011), a Igreja progressista, que se pauta pela opção preferencial pelos pobres, é o ponto de partida

² Tomamos o conceito de “evento” no sentido proposto por Marshall Sahlins (1987). Para este antropólogo, o evento tem um significado e acontece por causa desse significado. Ou seja, é algo que repercute de tal forma que vai além do tempo que acontece. Reverbera por vários períodos da história.

para melhor compreendermos a mudança de posicionamento da Igreja Católica diante do regime militar. Ao refletir de forma isolada cada contexto local e suas respectivas lideranças, tão logo se percebe que em todas as experiências era notória a participação das CEBs, ou mesmo de movimentos impulsionados por elas.

Na década de 1970 estavam em funcionamento em todo o país cerca de 80 mil CEBs que serviram para dinamizar as paróquias e sustentar uma participação mais ativa dos fiéis no desempenho de variadas tarefas incluindo desde a evangelização, alfabetização, politização e mobilização das classes populares

(CANCIAN, 2011, p. 55)

Diante do exposto, é bom deixarmos registrado que, ao considerarmos as CEBs como uma representação privilegiada para fazermos uma correlação entre religião e política, não estamos, com isso, negando que em outras representações católicas, em suas respectivas dinâmicas, não exista um discurso religioso permeado por um viés político. A Renovação Carismática Católica, por exemplo, como sugere Pedro A. de Oliveira (2007), tem demonstrado na atualidade por meio de alguns de seus membros uma forte disposição para o diálogo com a política, mesmo se tratando de um diálogo que, em geral, parta da vocação individual de cada um. No outro extremo representativo, é inegável, e a história confirma que, no caso das CEBs, o laço entre religião e política é estritamente baseado na coletividade, fato que traz às CEBs consequências até os dias de hoje.

Os tempos mudaram. As novas leituras que se fazem do campo religioso e político na contemporaneidade deixam em evidência uma demanda, cujas intervenções pouco podem ser negociadas pelas CEBs. Para que isso volte a acontecer, elas precisam adaptar-se, rapidamente, às novas dinâmicas contemporâneas. Sua natureza social coletiva, hoje, é vista como um problema. Diante de tal afirmação, de um sistema sociocultural que prima pela valorização das relações individuais, o que tende a ser por um coletivo é substancialmente levado para a zona de disparidades. Neste sentido, consideramos ser de grande contribuição a perspectiva teórica da socióloga francesa Danièle Hervieu-Léger para o entendimento das relações de mudança que se passam no atual campo religioso católico.

Segundo Hervieu-Léger (2015), existe no cenário religioso contemporâneo uma forte significância no que diz respeito à questão da individualização. Nas linhas do pensamento desta autora, trata-se de um dos aspectos do que ela veio a chamar de modernidade

religiosa, um paradigma que tem fortes raízes na cultura moderna. “A paisagem religiosa da modernidade é caracterizada por um movimento irresistível de individualização e de subjetivação das crenças e das práticas” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 139). Por conta dessa nova realidade, o impacto em relação ao papel das representações religiosas tem provocado fortes tensões entre os cristãos conservadores e progressistas no campo religioso católico. Neste campo de disputa, ao que parece, foi retirado das CEBs, e conferido a outros movimentos, aquele espaço que um dia lhe foi disponibilizado pela própria instituição católica.

Considerando essa perspectiva e a pesquisa bibliográfica que se fez como nossa única fonte de informação, procuramos dividir nosso estudo em dois momentos. Num primeiro momento, buscamos fazer um resgate do percurso histórico das CEBs no Brasil. Desde as décadas de 50 e 60, que demarcam o período provável do seu surgimento até o seu apogeu, durante o Regime Militar, época de sua maior evidência. Neste percurso, buscamos prender-nos a algumas etapas da história que remontam às bases sob as quais foram construídas, em seu interior, a relação entre religião e política. Num segundo momento, de forma breve, detemo-nos sobre a realidade das CEBs nos dias atuais. Por ser uma etapa da história que ainda se encontra em andamento, não dispomos de muitos elementos conclusivos. No entanto, a perspectiva que apontamos indica que as CEBs se encontram em refluxo; não que concordemos com ela, mas se trata de uma linha de estudo que nos fornece, de certo modo, os subsídios necessários para o seu próprio questionamento.

Identidade religiosa e atitude política nas CEBs

Será que a religião ainda é, como Marx e Engels a consideravam no século XIX, um reduto da reação, do obscurantismo e do conservadorismo? Será que ela ainda é uma espécie de narcótico, que intoxica as massas e as impede de pensar e agir claramente em seus próprios interesses?

(LÖWY, 2000, p. 11)

Pedro A. de Oliveira (2007), ao buscar identificar nas CEBs uma das vigas mestras de sua identidade, não encontra dificuldades para chegar ao termo *libertação*. Outro termo do qual faz uso, no sentido de demarcar ideias e conferir valor ao agir humano, é a categoria *ideia-força*. Segundo este autor, trata-se de uma característica que marca presença em todas as dimensões dos membros das CEBs, seja na forma de relacionar a postura religiosa com o

engajamento em processos de transformação social, seja na forma de ler a Bíblia, celebrar e rezar. Desta feita, entendemos que por meio dessa mentalidade, *ideia-força*, as CEBs disseminaram e impulsionaram valores pela sociedade e pelo Estado. Um conagraamento entre princípios religiosos e valores políticos.

Essa ideia-força marca presença nas diferentes dimensões das CEBs: não somente faz ligação entre sua postura religiosa e o engajamento de seus membros em processos de transformação social, mas é também uma característica de sua forma de ler a bíblia, celebrar e rezar. Não por acaso as CEBs, nascidas no contexto sociopolítico latino-americano da década de 1960, encontram na teologia da libertação sua melhor representação teórica

(OLIVEIRA, 2007, p. 18-19)

Como mencionado na citação acima, o uso da palavra libertação pelas CEBs, no sentido religioso e político, cunhou de forma definitiva sua adesão à Teologia da Libertação³ como sua principal perspectiva teórica. Ou seja, “as comunidades representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria desta prática” (BOFF, 1986, p. 105). Assim, é necessário dizer que CEBs e Teologia da Libertação representam dois momentos de um mesmo processo de mobilização de um povo, processo em que há uma nova configuração de natureza religiosa. Deste modo, ainda de acordo com o pensamento de Leonardo Boff (1986), entre as CEBs e a Teologia da Libertação estabeleceu-se uma conexão muito estreita, a ponto de que, no contexto latino-americano, uma não pode ser pensada sem a outra.

Essa relação sinônima entre CEBs e Teologia da Libertação, visando à libertação religiosa e social do povo pobre e oprimido, fez com que emergisse a real necessidade de um agir político na Igreja. No caso da Igreja Católica, documentos conciliares, como a *Gaudium et Spes*, por exemplo, já alertava para que a Igreja se colocasse em diálogo com o mundo e a serviço da humanidade, o que inclui o universo político. No caso desse documento, o capítulo IV trata de forma específica dessa relação entre a comunidade política e a Igreja. “É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralística, que se tenha uma

³ A Teologia da Libertação, entendida por Michael Löwy (2000) como cristianismo da libertação, tornou-se nos idos das décadas de 60 e 70 um tema capital para os estudos do catolicismo e sua intervenção na esfera política. Por uma série de circunstâncias, ela ajudou a tirar da religião a mácula deixada por Marx, que condenava a religião por ser um ópio para a massa popular, tornando-a conformada com a sua situação de miserabilidade social.

concepção exata das relações entre a comunidade política e a Igreja” (LOPES, 2011, p. 181-182). E não para por aí. Com uma conotação ainda mais enfática, o texto segue dizendo que as relações da comunidade política e a Igreja são uma missão dos cristãos e das cristãs que agem em plena consciência de seu papel.

No domínio próprio de cada uma, comunidade política e Igreja são independentes e autônomas. Mas, embora por títulos diversos, ambas servem à vocação pessoal e social dos mesmos homens. E tanto mais eficazmente exercitarão este serviço para bem de todos, quanto melhor cultivarem entre si uma sã cooperação, tendo igualmente em conta as circunstâncias de lugar e tempo. Porque o homem não se limita à ordem temporal somente; vivendo na história humana, conserva inteira a sua vocação eterna

(LOPES, 2011, p. 182)

Porém, diante da recusa de uma ala clerical conservadora para pôr em prática algumas dessas orientações propostas pelo Vaticano II, coube às pequenas comunidades, expressões desta mesma Igreja, pôr em prática este preceito, o qual deveria ser assumido como um tipo de sacramento-mistério de toda a Igreja Católica. Como o fez? Ajudando a conferir força e unidade política a muitos seguimentos populares como: ONGs, movimentos sociais, partidos políticos etc. As CEBs, durante as décadas de 70 e 80, constituíram-se, e com sucesso, numa representação capaz de colaborar com o fortalecimento e a organização de outros grupos e movimentos sociais. “As CEBs influenciaram a organização de trabalhadores em sindicatos, a formação dos partidos dos trabalhadores (PT) e, no campo associativo, a constituição de inúmeras associações de desenvolvimento e defesa de direitos humanos” (CICONELLO, 2008, p. 2-3).

O fomento religioso e político que se instaurou nas CEBs, portanto, esteve vinculada à certeza de que as mais graves mazelas pelas quais passava a sociedade estavam relacionadas, de maneira irrestrita, às questões de natureza política. Com esta certeza, a defesa de assuntos relacionados à violação sistemática dos direitos humanos, especialmente dos mais pobres, passou a ser sumariamente sua causa primordial. De maneira peculiar, isso lhe rendeu “um papel significativo e quase insubstituível na luta contra a ditadura militar e em favor da democracia, direitos humanos, participação efetiva nos destinos do país” (BENEDETTI, 1990, p. 352). Em relação à luta contra o Regime Militar, a opção preferencial pelos pobres fez-se como sua grande bandeira. Foi esta opção que colocou em sua pauta de

discussão os Direitos Humanos e, da mesma forma, ajudou a criar a emergência por um diálogo entre religião e política.

Assim, passamos a encontrar nas CEBs uma das principais forças religiosas que conseguiram incluir no seu discurso, durante o Período Militar, o compromisso social como uma prática religiosa e, da mesma forma, fazer uma reflexão teológica que correspondesse a esta experiência, no caso, a Teologia da Libertação. Não se trata, aqui, é claro, de querer afirmar que a vida religiosa das CEBs passou a girar em torno de questões puramente políticas. Mas, conforme afirma Pierre Sanchis, “não resta dúvida de que a ‘religião’ está ali radicalmente imbricada em perspectivas políticas” (SANCHIS, 1992, p. 28). Afinal, separadas as devidas proporções e campos de atuação, o ato religioso, por si mesmo, já sugere uma prática política.

“Sem dúvida, as CEBs foram mais longe do que a Ação Católica e tudo o que houve anteriormente para evangelizar” (COMBLIN, 1996, p. 27). Por certo, isto tem haver com aqueles momentos extraordinários da religião, na qual pessoas e grupos surgem para dar um novo dinamismo às suas estruturas, seja para conservar e manter o já existente, seja para efetuar mudanças de maior ou menor avanço. Nesse amplo movimento, no que se refere às CEBs, ficou claro que “a nível popular, não existe uma distinção clara entre política e fé: tudo forma uma realidade única; a fé desdobra-se politicamente de forma natural; a fé não é acrescentada a política; esta decorre daquela” (BOFF, 1986, p. 112). De fato, a Igreja Católica encontrou nas CEBs um modo de deixar de ser compreendida apenas como uma forma de viver a religião regida tão somente pelos seus dogmas milenares. O momento passou a exigir a necessidade de uma crença em que as pessoas fossem capazes de reproduzir uma ação inserida no tempo e espaço presente.

Neste sentido, o discurso cristão católico, proposto por sua base progressista, principalmente após o Concílio Vaticano II, e fortemente amparado pelos embates ocorridos durante a ditadura militar, fora reforçado pela conferência de Medellín (1968). Somados os efeitos, a aproximação entre o discurso cristão católico, referendado pela Teologia da Libertação, que pregava a libertação das pessoas da tirania e da opressão que vinha sendo promovido pelo regime militar, e a prática das CEBs tornaram-se o sinal expressivo de um movimento que se centrou no total empenho pela vida e animou os pobres em seu processo de luta pela libertação integral. “Há uma consciência muito clara quanto ao imperativo de

busca de uma vida digna, [...]. Mas tal projeto esbarra com um determinado modo de organização da sociedade que produz pobreza e morte dos pobres” (TEIXEIRA, 1988, p. 111).

As CEBs, como se pode constatar, tornaram-se para os pobres e marginalizados uma organização representativa que de fato dava a oportunidade para que estes expressassem suas próprias ideias e interesses e não necessitassem de discursos de líderes políticos, que muitas vezes se encontravam infectados de interesses puramente partidários. Não obstante, o tema da opção pelos pobres tornou-se para a Igreja Católica na América Latina, assumida pela conferência de Medellín e reafirmada por Puebla (1979), um dos primeiros passos em direção a uma mudança de perspectiva de seus interesses e compreensão da realidade. Contudo, contrariando algumas máximas preestabelecidas, não coube às CEBs “‘ser a voz dos que não tem voz’, mas sim ‘dar voz aos pobres’ mais do que ser ‘advogados dos pobres’, colocar-se ao seu lado na caminhada e nas lutas” (ANDRADE, 2011, p. 159).

A opção pelos pobres quis significar uma transformação da Igreja para torná-la mais acessível aos pobres, a escolha de uma prioridade na ação evangelizadora e a prioridade pela libertação dos pobres, ou seja, pela transformação da sociedade injusta

(COMBLIN, 1996, p. 33)

Existe uma reivindicação e, principalmente, uma convocação para que todos assumam esta causa, a começar pelos próprios cristãos que defendem a ideia de que o verdadeiro cristão não pode se acomodar e se calar diante do clamor dos oprimidos, afinal, um cristianismo que existe apenas para legitimar e apoiar o *status quo* social e religioso não condiz com a proposta das CEBs. Ou seja, a fé só pode ser vivida dentro da realidade social e a partir de um compromisso de libertação social para com os pobres, até mesmo porque a religiosidade e a fé para as CEBs não devem se distinguir do engajamento social, pelo contrário, o compromisso social deve ser uma consequência do ser religioso e este mesmo compromisso, por uma ordem natural, leva igualmente a um comprometimento político.

Existe uma ideia amplamente discutida, por parte de muitos teóricos, inclusive os da própria Igreja Católica, que são contrários à ideologia das CEBs, que estas se utilizam das análises marxistas para fundamentar suas ações. E é verdade. Porém, apesar destas aproximações, de fato, existirem, não precisamos ir muito fundo na história para descobrirmos que as CEBs não precisam beber, tão somente, de fontes marxistas para buscar as razões de seu compromisso com os problemas sociais. Embora defendam que a

Bíblia e o credo apostólico são os únicos referenciais escritos do qual se utilizam para fundamentar as suas ações, existe na sua própria base eclesiológica um documento papal que merece ser mencionado: a encíclica papal *Rerum Novarum*.

Fruto do papa Leão XIII, a carta encíclica *Rerum Novarum*, do ano de 1891, chamava a atenção para uma questão social que se encontrava em ardente conflito na época: a causa operária. Assim, podemos entender que nos tempos ditos modernos esta encíclica se configurou num documento de suma importância, e hoje ainda se faz como um marco para começarmos a discutir sobre a real posição social assumida pela Igreja Católica.

A Rerum Novarum foi para a ação social cristã, o que foi o manifesto dos comunistas (1848) ou *O capital* de Marx para a ação socialista. Opõe-se diretamente à ação socialista. Marx e Leão XIII partindo da verificação da gritante desigualdade econômica entre plutocracia e proletariado, quiseram, ambos, realçar a classe dos operários, oprimidos pelo liberalismo econômico que consagrava a opressão dos mais fortes sobre os mais fracos ou se desinteressava da luta social

(GIORDANI, 2010, p. 5)

Essa postura histórica, assumida por esta encíclica papal, mesmo que em sua prática não se notasse a devida coerência, foi com o passar dos anos tornando-se cada vez mais incoerente. A própria Igreja, dentro do recorte temporal e local que estamos discutindo, ao que parece, fez questão de torná-la apenas um documento do passado, sem validade para o tempo presente; os pobres tornando-se cada vez mais pobres e os excluídos cada vez mais excluídos. No início do Regime, cada implantação de um novo governo tornava-se cada vez mais evidente qual a real posição da Igreja, e não era em favor dos oprimidos. A contradição percebida entre fé e prática religiosa tornou-se um abismo cada vez mais profundo. Em função disso, as CEBs procuram conferir aos pobres o direito de manifestar a sua inteligência, que não lhes foram conferidas dentro das salas de aula, mas através de suas experiências cotidianas, as quais nunca foram dadas a devida importância; uma experiência claramente freireana.

No âmbito da libertação, enquanto reflexão teológica, o contexto latino-americano possibilitou que esta fosse tratada a partir de um novo lugar hermenêutico. Assim, a libertação — que durante muito tempo predominou entre os cristãos, e ainda hoje em muitos casos predomina, sob a mentalidade de que esta se limitava, ou ainda se limita, a uma perspectiva individualista, ultraterrena e espiritualista — foi aos poucos entrando em

refluxo devido a uma série de fatores que ocorreram com o Golpe de 1964. Vale lembrar, ainda, que o tema da libertação apareceu com grande vigor da Conferência de Puebla (1979), constituindo-se, inclusive, no documento final como um dos seus eixos. Sua urgência foi confirmada não apenas como um tema necessário para a Igreja, mas pela própria situação do agravamento da pobreza e das perdas das garantias dos Direitos Humanos no continente.

Deste modo, a libertação, em sua aplicação menos conceitual e mais prática, torna-se algo completamente integrado com a experiência das CEBs. Mesmo que naquele contexto as CEBs apresentassem como sua característica primeira a eclesial (religiosa), a sua inscrição social (política) logo ficaria em evidência. Deste lugar de ação, as CEBs, como lugar de uma prática libertadora, em sua dinâmica interna, passaram a reivindicar, portanto, por uma mentalidade igualitária, no sentido de uma forma de democracia que se mostra pela busca do bem comum e pela transformação da sociedade em direção de melhores formas de convivência e garantias de direitos.

Por conta desta prática libertadora, não são poucos os exemplos disponíveis que ajudam a situar, de maneira clara, o que o termo “libertação”, conforme utilizado pela CEBs, tem por significado: romper com o projeto político que se limitava a atender aos interesses de uma minoria e condenava uma grande parcela da sociedade a viverem excluídas dos seus direitos sociais, tais como: moradia, educação, alimentação e emprego. Para as CEBs, enquanto não ocorresse uma libertação social que permitisse que todos ficassem livres dessas prisões existenciais estabelecidas pela sociedade, e tivessem acesso aos bens sociais, dificilmente poder-se-ia falar de uma libertação espiritual, até mesmo porque, sem a libertação social, a libertação religiosa perde o sentido. Portanto, é a partir destes princípios, que muitos fiéis vão acreditar que a santidade na terra vai começar pela política.

Religião e eclesiologia política como desafios do tempo presente para as CEBs

O tema da religião e da política suscita atualmente questões interessantes. Não podemos deixar de considerar que o papel que ela desempenha na sociedade continua a ser uma questão significativa e atual. Tomando como referência nosso contexto, fica evidente que, para o processo de transformação social e política, a participação da religião tem sido, por vezes, determinante. Nessa mesma linha de análise, entendemos que todas as

representações religiosas, independentemente do contexto de sua esfera de atuação, não perdem sua validade com o tempo. Elas apenas ficam no aguardo, na espera do melhor momento para voltarem ao cenário de atuação. O problema é que, para algumas dessas representações, seu retorno só é possível por meio da aceitação de algumas reconfigurações em suas formas de leitura da realidade. Esta parece ser uma exigência posta para as CEBs.

É notório que em face do novo horizonte religioso, que se tem apresentado nas últimas décadas, existiu no seguimento católico um aberto favorecimento de algumas de suas representações. Curiosamente, este favorecimento deu-se justamente para as representações que demonstram ter uma afinidade com a nova modernidade religiosa, conforme sugere Hervieu-Léger (2015). A respeito disso, ao delinear-mos sobre este cenário, fortemente marcado pelo individualismo religioso, não nos restam dúvidas de que as CEBs se encontram diante de uma questão fundamental para a sua sobrevivência: como tornar possível a manutenção de sua identidade religiosa e, principalmente, política sem se permitir a abertura para as influências religiosas, dita por alguns esvaziadas, do tempo que se apresenta? Uma redefinição do seu papel parece ser uma alternativa.

A esse respeito, Faustino Teixeira, ainda na década de 90, sugeriu que, entre os inúmeros desafios que se apresentam para a Igreja, de maneira geral e, de modo particular, para as CEBs, encontra-se o desafio da inculturação da fé e da religiosidade popular. Para Faustino Teixeira, no contexto que se deu sua análise, entende-se que não há como trabalhar na linha da libertação dos empobrecidos desviando-se da dimensão da cultura ou considerando-a como algo descartável ou supérfluo. Por esta razão, “ignorar a cultura ou o saber popular é uma das formas concretas de alimentar a sujeição e dominação dos empobrecidos” (TEIXEIRA, 1993, p. 25). Assim, se as CEBs se propõem em persistirem na manutenção e afirmação de sua própria identidade, o caminho que leva ao encontro do outro, sujeito de outros mundos culturais, parece ser uma alternativa viável.

Entretanto, enquanto esta alternativa não ganha contornos mais visíveis, seguimos a discussão com as análises que sugerem que nas últimas décadas as CEBs parecem estar vivendo ou sobrevivendo de uma forma desacreditada. “As CEBs se encontram hoje entre o descrédito e a resistência. Dos anos oitenta para cá, a investida contra a Teologia da Libertação e as comunidades eclesiais de base foi clara e permanente” (LIMA, 2012, p. 71). Pior do que isso, parece que elas foram colocadas na mesma situação de marginalização da qual elas tanto lutaram para tirar os que se encontravam nesta condição. “As CEBs sofrem

com os pobres o seu destino de exclusão, elas são Igreja marginalizadas na Igreja. No entanto, o caráter profético das CEBs é o que ilumina toda perspectiva a seu respeito” (LIMA, 2012, p. 71).

Considerando a presença da Igreja Católica na sociedade brasileira, conforme atesta a história, é impossível não a considerarmos como uma instituição religiosa, mas de caráter social e político. Com tais credenciais, fica difícil imaginarmos o caso das CEBs conforme fora retratada no parágrafo acima. Como instituição religiosa, também se apresenta como um aparelho ideológico de serviços importantes prestados ao Estado. Conforme atesta Clodovis Boff, “a Igreja, pelo fato de ser um aparelho ideológico, pode ter uma influência política e econômica, além de sua influência diretamente religiosa” (BOFF, 1978, p. 67). Deste modo, considerando que é sobre as consciências que opera sua ideologia, a Igreja, enquanto instituição, torna-se muito importante para o agir sobre as estruturas sociais.

Neste sentido, ao descermos nosso olhar, de forma vertical, por sua estrutura hierárquica, sem muitas etapas chegaremos aos grupos de base. Esse é o atual quadro eclesial da Igreja. Uma realidade competitiva, conforme o mundo neoliberal. Afinal, é difícil entendermos a Igreja se, antes, não entendermos o mundo que ela vive. A religião se encontra permeada por esta mesma realidade. Estes são os tempos que desafiam as CEBs. Sua sobrevivência passa pelo enfrentamento deste mundo que se impõe. Evidentemente, no grande guarda-chuva que é a Igreja Católica ainda existe espaço para as CEBs e seus agentes religiosos e lideranças políticas.

Segundo José Comblin (2011), ainda existe um grande desafio para as CEBs. E o desafio é continuar a ser uma presença no mundo dos excluídos, posto que eles nunca deixaram de existir; talvez agora de maneira ainda mais marginalizada. O mundo neoliberal continua reproduzindo suas vítimas. Por isso, não basta condenar o sistema neoliberal; é preciso enfrentá-lo. Comblin reconhece que as CEBs já não têm na Igreja a importância que um dia tiveram e que a participação nessas comunidades confere, hoje, um desenvolvimento humano que prepara para saber atuar no mundo superior, ainda que vivendo em posições modestas. Talvez por isso, “as CEBs, como todas as instituições da Igreja, precisam ser fundadas de novo para serem fiéis ao seu programa. Fundadas por novas pessoas, com novos membros que pertençam realmente aos novos excluídos” (COMBLIN, 2011, p. 17).

Considerações finais

Nas últimas três décadas, voltamos a assistir no âmbito da Igreja Católica um processo de hierarquização e verticalização de modo que muitas estruturas de Igreja, que primam pelo valor da igualdade entre o chamado “Povo de Deus” (leigos e leigas como partes iguais de uma mesma Igreja), viram-se ameaçadas em seus respectivos projetos pastorais. Isso inclui, de maneira muito particular, as CEBs. Por força de uma política repressora que se instaurou na Igreja desde o pontificado de João Paulo II, tendo continuidade com Bento XVI, é notório que o tipo de trabalho desenvolvido pelas CEBs já não é mais bem visto ou, talvez seja melhor dizer, necessárias pela Igreja romana. Em função disso, há quem diga que as CEBs se tornaram um fenômeno religioso do passado.

o fim da ditadura militar contribui para isso, pois elas eram mal vistas pela repressão, o que lhes dava destaque; ademais, a volta da liberdade para o conjunto dos movimentos sociais – sindicatos, associações etc. – permitiu que as comunidades viessem a ocupar um lugar menos central. Mas é bem provável que o peso maior esteja sobre o posicionamento negativo e repressor do Vaticano no pontificado de João Paulo II (desde 1978). Basta lembrar que também a Teologia da Libertação foi dada como desaparecida, como uma corrente datada e finda

(LESBAUPIN, 2009, p. 57)

De fato, sua presença na Academia, enquanto objeto de estudo, bem como no próprio discurso religioso católico, já não se faz notar com tanta ênfase, como já fora antes. Ainda assim, não acreditamos que as análises, as quais tendem a colocar as CEBs como uma expressão religiosa obsoleta, sejam adequadas. Há maneiras diferentes para olharmos para o mesmo objeto. Isso, é claro, depende da posição e do lugar de fala de cada um. Embora seja inegável que as CEBs passam por um momento de refluxo, não dá para determinar essa situação como sendo um quadro definitivo no cenário religioso católico. Se por um lado, em determinadas regiões, elas encontram-se em descrédito, em outras elas encontram-se vivas, buscando descortinar novos horizontes. As lutas sociais que sempre contaram com sua presença não deixaram de existir, apenas mudaram de cenários e de pautas. É difícil deixar de acreditar, ainda mais no Brasil, que a Igreja dos pobres vai deixar de fazer sentido.

De outra parte, muitos pesquisadores encontram-se eufóricos diante da possibilidade de um retorno vitorioso das CEBs. Muito disso deve-se ao projeto pastoral posto em prática

pelo Papa Francisco, que se encontra em curso. São muitas as expectativas que giram em torno deste pontificado, e existem significativas razões para isso. Logo em seu primeiro documento oficial, a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa deixou em evidência, no primeiro capítulo deste documento, a necessidade de uma transformação na Igreja. Ao olharmos com atenção os detalhes da sua proposta, veremos que ela abre uma enorme brecha para uma linha de ação que no passado já fora percorrido pelas CEBs. “As outras instituições eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação são uma riqueza da Igreja que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e setores” (EG. 29).

Referências

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. A opção pelos pobres e a misericórdia de Deus. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. (Org.). *Opção pelos pobres no século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 157-179.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *As CEBs, a política e a religião: o impasse entre o religioso e o político nas CEBs*. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1352>>. Acesso em: 01 de ago. 2017.

BOFF, Clodovis. *Comunidade eclesial, Comunidade política: ensaios de eclesiologia política*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. *E a Igreja se fez povo, Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

CICONELLO, Alexandre. *A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil*. Disponível em: <<http://formacaoedefale.pbworks.com/f/Participacao+Social+como+Processo+de+Consolidacao%3%A7%C3%A3o+da+Democracia+no+Brasil.pdf>>. Acesso em: 31 ago. de 2017.

COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996.

_____. *Desafios aos cristãos do século XXI*. São Paulo: Paulus, 2011.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: a alegria do evangelho*. São Paulo: Paulinas, 2014.

GIORDANI, Iginio. Introdução. In: Papa Leão XIII. *Rerum Novarum*: carta encíclica de sua santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulus, 2010, p. 5-8.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido*: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LESBAUPIN, Ivo. Comunidades de base no Brasil de hoje. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *Catolicismo plural*: dinâmicas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 57-74.

LIMA, Josenildo F. de. A crise das CEBs – Entre a perseguição e o martírio, a fidelidade aos pobres. In: OROFINO, Francisco; COUTINHO, Sérgio Ricardo; RODRIGUES, Solange S. (Orgs.). *CEBs e os desafios do mundo contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2012. p. 71-84.

LOPES, Geraldo. *Gaudium et Spes*: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011.

LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses*: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. CEBs, Carismáticos e transformação social. In: Sociedade de Teologia e Ciências da Religião – SOTER (Org.). *Religião e transformação social no Brasil hoje*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 11-24.

RUIZ, Castor M. Bartolomé. *A força transformadora social e simbólica das CEBs*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. As CEBs no Brasil: cidadania em processo. In: TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (Org.). *CEBs, cidadania e modernidade*: uma análise crítica. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 7-40.

_____. *Comunidades Eclesiais de Base*: bases teológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.